

“UM NOVO CAMINHO PARA O DISTRITO DE BRAGA”

O distrito de Braga foi um dos mais atingidos pelos efeitos negativos de quatro anos de governo de maioria absoluta do PSD/CDS-PP. Numa situação de verdadeira emergência económica e social, o Governo virou as costas às suas gentes, às pequenas e médias empresas, às e aos desempregados, a todos e todas as que mais precisavam de ajuda para enfrentar as dificuldades. O abandono gerou mais desemprego numa região historicamente sacrificada e em que, por outro lado, o trabalho precário e sem direitos vai predominando, tanto na indústria como nos serviços. O fim das quotas leiteiras na UE e a consequente queda nos preços à produção agravou a crise no setor do leite que ameaça grande parte das explorações da região.

Foi este governo de Passos/Portas e as políticas de austeridade que, nas eleições legislativas de 4 de outubro, ditaram a queda eleitoral da direita no distrito de Braga. A coligação dos dois partidos da direita perdeu cerca de 50 mil votos e 5 pontos percentuais. O resultado do PS foi fraco, não conseguiu polarizar descontentamento nem crescer. Acabou por perder 13 mil votos e 2 pontos percentuais. Foi à esquerda que se deu o crescimento eleitoral. A CDU ganha perto de mil votos e mantém o mandato que conseguiu nas últimas legislaturas. O Bloco protagonizou o maior crescimento no distrito de Braga. Mais do que duplicou a sua votação anterior, em termos absolutos e relativos, recuperou o deputado que tinha perdido em 2011 e ficou à beira de eleger o segundo. O excelente resultado da candidatura presidencial de Marisa Matias consolidou o crescimento da influência política e social do Bloco.

A constituição de uma nova maioria parlamentar pós-eleitoral com o PS, BE, PCP e PEV permitiu abrir a esperança para reverter as políticas de austeridade e parar o caminho do empobrecimento. O Programa do novo governo e o Orçamento do Estado para 2016, respeitaram a posição conjunta firmada entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista para a viabilização de um governo: repõe rendimentos a trabalhadores/as e pensionistas, aumenta a taxação ao capital, não inclui novos programas de privatizações e defende os serviços públicos e o Estado Social. Após um penoso período de quatro anos de governação PSD/CDS, o país volta a ter um Orçamento do Estado que não colide com a Constituição da República e que trava o ciclo de empobrecimento em que o país estava mergulhado. Pela parte do Bloco, a estabilidade desta maioria parlamentar será assegurada com base na continuação deste percurso.

A prioridade política distrital do Bloco centra-se na recuperação de rendimentos do trabalho e no combate ao desemprego. O empobrecimento pela via da diminuição de salários e aumento de impostos, pelos cortes nas prestações sociais e pelo desemprego prolongado, marcou duramente a região. Os objetivos principais para o mandato da Distrital devem concentrar-se no crescimento do salário mínimo nacional para alcançar os 600 euros, na reposição das prestações sociais que precisam de abranger muitas famílias que foram excluídas pelos critérios da direita, no combate à precariedade e num reequilíbrio da fiscalidade, nomeadamente dos escalões do IRS.

Salvaguardar e revalorizar os serviços públicos essenciais, como a saúde e a educação, constituem os principais eixos da reversão dos ataques ao Estado Social realizados pela direita nos territórios dos vales do Cávado e do Ave. Desde a PPP no Hospital de Braga e das medidas para mercantilização da saúde, até à gestão redundante dos contratos de associação com colégios de vários concelhos, passando pela privatização de serviços regionais da Segurança Social, a ação do Bloco é a de garantir serviços públicos de acesso universal e de qualidade.

Investimento público no apoio à economia, à qualificação urbana e à proteção ambiental. O distrito de Braga, que representa um dos conjuntos urbanos mais importantes da região Norte e do país, padece dos mesmos males sócio-urbanísticos da generalidade da região, agravados pelas sucessivas crises que liquidaram a base produtiva e deram livre curso à especulação fundiária e imobiliária, que multiplicou novas frentes de urbanização, fragmentando o

território e o povoamento em centenas de parcelas peri-urbanas com elevadíssimos custos ambientais, sociais e económico-financeiros. Os fundos europeus do Portugal 2020, bem como o novo PDR, devem ser direcionados para o desenvolvimento sustentável dos territórios e o apoio às iniciativas económicas que fixem investimento local e criem emprego. O Bloco defende uma política de circuitos curtos para os produtos alimentares, como forma de promover a qualidade e a pequena agricultura. No setor do leite, a par da exigência da regulação europeia do setor, o Bloco defende programas de reconversão de explorações em risco de encerramento. Ambientalmente, o próximo mandato da Coordenadora Distrital centra-se na recuperação do pesado passivo que afeta a qualidade das massas de água das bacias hidrográficas do Cávado e do Ave.

Para além destas linhas prioritárias de intervenção, a Coordenadora Distrital assume e reafirma a generalidade das propostas que constituíram o Programa Eleitoral 2015 do Bloco no círculo eleitoral de Braga.

As próximas Eleições Autárquicas, em setembro/outubro de 2017, devem concentrar a máxima atenção da Coordenadora Distrital no apoio à construção de alternativas concelhias de candidatura municipais e de freguesia.

Valorizam-se a convergências conseguidas com listas de cidadãos em Braga, Fafe e Amares, bem como os esforços de construção e ampliação de listas próprias do Bloco em Barcelos, Famalicão, Guimarães e Vizela. De imediato, é necessário concretizar momentos de avaliação da nossa intervenção autárquica que sirvam, igualmente, para projetar candidaturas bloquistas e respetivos protagonistas e programas. Esta será a prioridade absoluta, inscrita no objetivo de aumentar a representatividade e a representação autárquica do Bloco em todo o distrito.

Construir uma densa rede de influência social é o principal objetivo organizativo do Bloco, com o lançamento de grupos de trabalho temáticos e setoriais, locais ou regionais, que ampliem os espaços de debate e de ativismo político. Ao nível da estrutura dos órgãos, é necessário consolidar as Coordenadoras Concelhias existentes e melhorar as formas de organização em Vizela, Cabeceiras, Vila Verde, Amares e Esposende.

Lista de Candidatos/as

1. A108 - Pedro Manuel Bastos Rodrigues Soares (Braga)
2. A2379 - Adelino Martins Mota (Famalicão)
3. A11687 - Ana Margarida Rolo Teixeira (Cabeceiras)
4. A1308 - José Maria Barbosa Cardoso (Barcelos)
5. A12121 - Manuel Carlos Ferreira Silva (Braga)
6. A2099 - Paula Cristina Barata Monteiro da Costa Nogueira (Braga)
7. A1303 - António Meireles de Magalhães Lima (Braga)
8. A8115 - Rui Manuel Leite Antunes (Guimarães)
9. A7609 - Maria Isabel Peixoto Gonçalves (Braga)
10. A8322 - Leonel Leite Sousa de Castro (Fafe)
11. A11052 - José Ilídio da Silva Torres (Barcelos)
12. A6447 - Ana Bárbara Martins Pedrosa (Vizela)
13. A10470 - Hugo Filipe Sousa Sampaio (Famalicão)
14. A917 - João Manuel Machado Oliveira (Vieira)
15. A924 - Helena Maria da Cunha Órfão (Braga)
16. A4252 - Joaquim Mendes Teixeira (Guimarães)
- Suplentes
17. A9714 - Marco Estevão Dias de Almeida (Vizela)
18. A9920 - Liliana Graciete Fonseca Rodrigues (Braga)
19. A4253 - José Luís Silva Araújo (Famalicão)
20. A10980 - Sónia Cristina Patrocínio Gonçalo Ribeiro (Guimarães)
21. A10823 - José Augusto Martins de Figueiredo (Barcelos)